

DIRETORA GERAL/ COORDENADORA DO CURSO DE DIREITO

Ma. Débora Goeldner Pereira Oliveira

DIRETORA ACADÊMICA / VICE-PRESIDENTE

Prof^a. Elza Korneiczuk Meller

DIRETOR DE ENSINO

Prof. Célio Raniero

EDITORES

Me. Roberson Neri Costa

Me. Joaquim Pedro de Oliveira Volante

Ma. Giovanna Christina Moreli Alcantara da Silva

Me. João Lucas

Ma. Taís Zanini de Sá

CONSELHO EDITORIAL

Me. Amaury Antonio Meller Filho (Faculdade Maringá-PR)

Pós-Dra. Alexandra Maria Rodrigues Araujo (Centro de Investigação para a Justiça e Governação,
Escola de Direito, Universidade do Minho (Portugal)

Pós-Dr. Alvaro Azevedo Gonzaga (PUC/SP, Brasil)

Dr. Elimar Szaniawski (UFPR, Brasil)

ASSESSORIA TÉCNICA

Rafael Raniero

REVISOR

Silvia Regina Emiliano Gonzaga

Actio Revista de Estudos Jurídicos / Faculdades Maringá. -- v. 2, n. 33, (Jul./Dez. 2023). Maringá:
Faculdade Maringá, 2023.

Semestral (2002 -)

Publicação desde 2002-2004, com volumes (v.1), a partir de 2005 passou a ser numérica iniciando-se
no número 7 (n.7) e a partir de 2015, v.1, n.25 passou a ser versão eletrônica.

Editada em Maringá (2002 -).

ISSN: 2447-0384. versão on-line

1. Direito – Periódicos . I. Actio Revista de Estudos Jurídicos

.II. Faculdades Maringá.

CDD 340

Esta revista não assume a responsabilidade das ideias emitidas nos diversos artigos, cabendo-as exclusivamente
aos autores. / É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista desde que seja citada a fonte. A
partir de janeiro de 2015 a revista passou a ser publicada unicamente em versão eletrônica.

Faculdade de Direito / Faculdade Maringá

Avenida Prudente de Moraes, 815 – CEP 87.020-010 – Maringá – Paraná – Brasil

Fone: +55(44)3027-1100 / Fax: +55(44)3027-1200 – Email:actiorevista@faculdadesmaringa.br

Home Page: <http://www.actiorevista/index.php/Actio>

SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL	3
I. A GUARDA COMPARTILHADA EM TEMPOS DE COVID-19. Thais da Costa Pires.....	4
II. A INCONSTITUCIONALIDADE POR MEIO DA ANCESTRALIDADE. Giovanna Lessa da Silva. Jéssica Bérغامo Miranda. Caio Ramiro.....	20
III. A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA NOS MOLDES DA LEI Nº 14.133/21. Dorimar Walisom Pereira Félix.....	40
IV. ANÁLISE DOS LIMITES DO SIGILO MÉDICO QUANTO A MULHERES VÍTIMAS DE ESTUPRO. Monica Ceccatto de Paula. Hadassa Campos.....	55
V. ARBITRAGEM NOS CONTRATOS EMPRESARIAIS. Vitória Alves Cavalcante. Maydê Borges Beani Cardoso.....	66
VI. DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO E DEVOLUÇÃO DO ADOTADO: RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADOTANTES E IMPACTOS NA SUSTENTABILIDADE SOCIAL. Tales Guedim Júnior. Giovana Beatriz Riehs Lucaora. Matheus Adriano Paulo.....	83
VII. FEMINICÍDIO EM TEMPOS DIGITAIS: A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. João Vitor de Jesus Santana. Michel Nascimento de Santana.....	101
VIII. O DIREITO DA CRIANÇA CONHECER SUA ANCESTRALIDADE GENÉTICA VERSUS O ANONIMATO DO DOADOR DE MATERIAL GENÉTICO. Letícia Marcela Silva Faria. Rafaela Barbosa Fidelis Campos. Rodrigo Barbosa Fidelis Campos.....	114

Caro Leitor,

É com grande satisfação que iniciamos a edição de 2024 da *Actio Revista de Estudos Jurídicos*, celebrando 22 anos de contribuição contínua ao debate acadêmico e científico na área do Direito. Ao longo dessas mais de duas décadas, a revista se consolidou como um importante veículo para a disseminação do conhecimento jurídico, o que só foi possível graças à colaboração ativa de nossos leitores, autores, membros da equipe editorial e à Direção da Faculdade Maringá, que têm sido fundamentais para o nosso sucesso.

Neste ano, ao refletirmos sobre os últimos tempos e sobre as transformações ocasionadas pela pandemia, estamos testemunhando não apenas o retorno das interações presenciais, mas também o fortalecimento dos laços humanos que sempre foram o motor de nossa produção científica. A retomada das convivências, longe da sombra do medo e da incerteza, traz consigo uma renovação das energias que são essenciais para o desenvolvimento do conhecimento jurídico.

A edição deste semestre traz reflexões pertinentes sobre questões atuais e de grande impacto social, com destaque para os direitos humanos e a proteção das categorias mais vulneráveis da sociedade, como as gestantes e as crianças e adolescentes, cujos direitos precisam ser constantemente reforçados. A judicialização da saúde, com especial atenção aos erros médicos e suas repercussões jurídicas, também figura como um tema central, juntamente com a discussão sobre o comportamento das partes no processo de resolução de conflitos.

Além disso, abordamos tópicos essenciais do direito coletivo, como a proteção do consumidor, a preservação ambiental e a emergência de novos direitos. E, para concluir, a revista revisita a obra de Miguel Reale, analisando as questões constitucionais de relevância contemporânea com uma perspectiva crítica, especialmente no que tange à sua atuação no contexto da década de 1930.

Desejamos que esta edição não só ofereça conhecimento enriquecedor, mas também inspire reflexões que aprimorem nossas práticas jurídicas e nossas interações com a sociedade, reafirmando o compromisso da *Actio* em promover o avanço da ciência jurídica.

Boa leitura!

Os Editores